



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

AVISO

É de responsabilidade do advogado ou procurador o correto preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 9º, incisos I a IV, da Resolução 427/2010 do STF, sob pena de rejeição preliminar, bem como a consequente impossibilidade de distribuição do feito.

O acompanhamento do processamento inicial pode ser realizado pelo painel de petições do Pet v.3 e pelo acompanhamento processual do site oficial.

Protocolo	00557948220211000000
Petição	60565/2021
Classe Processual Sugerida	ADPF - ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
Marcações e Preferências	Medida Liminar

Impresso por: 02/08/2021 14:17:05
Em: 11/06/2021 18:53:47

Relação de Peças	<p>1 - Petição inicial Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>2 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: GLEISI HELENA HOFFMANN MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>3 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>4 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>5 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>6 - Documentos de Identificação Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>7 - Documentos de Identificação Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>8 - Documentos de Identificação Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>9 - Documentos de Identificação Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p> <p>10 - Documentos comprobatórios Assinado por: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA</p>
Polo Ativo	<p>PARTIDO DOS TRABALHADORES (CNPJ: 00.676.262/0001-70) PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (CNPJ: 54.956.495/0001-56) PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL) (CNPJ: 06.954.942/0001-95) PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA (CNPJ: 00.719.575/0001-69)</p>
Polo Passivo	<p>Descrição da pessoa pública: MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA</p>
Data/Hora do Envio	11/06/2021, às 18:03:29
Enviado por	MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA (CPF: 020.877.141-77)



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LUIZ FUX

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, por seu Diretório Nacional, inscrito no CNPJ n. 00.676.262/0001-70, com sede em Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco C, n. 256, Ed. Toufic, 1º andar, Brasília/DF, neste ato representado por sua Presidenta Nacional, **GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Deputada Federal (PT/PR), RG nº 3996866-5 SSP/PR, CPF sob nº 676.770.619-15, endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 232 - Anexo 4, **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PCdoB**, por seu Diretório Nacional, pessoa jurídica de direito privado, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 54.956.495/0001-56, com sede na sala 1.224, do Edifício Executivo Office Tower, localizado no bloco F, da Quadra 2, do SHN, Asa Norte, Brasília, DF, representado por sua Presidenta, **LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileira, em relação de união estável, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco, CPF nº 809.199.794-91, residente e domiciliada em Recife-PE; **PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**, por seu Diretório Nacional, pessoa jurídica de direito privado, partido político registrado no E. Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução nº 22083, de 15.09.2005, e com representação no Congresso Nacional, inscrito no CNPJ sob o nº 06.954.942/0001-95, com sede no SCS, Qd. 02, Bl. C, número 252, 5º andar, Edifício Jamel Cecílio, Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente Nacional, **JULIANO MEDEIROS**, brasileiro, historiador, inscrito no CPF nº 004.407.270-81 e do RG 8.084.283.962 SJS/RS, residente e domiciliado em São



Paulo; e **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT**, por seu Diretório Nacional, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03, Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado pelo seu Presidente Nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 036289023, expedido pelo IFP e CPF nº 434.259.097-20, com endereço da sua Sede Nacional, SAFS quadra 02, lote 03 – CEP: 70.042-900, Brasília/DF, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus advogados com procurações em anexo, propor a presente:

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL c/c
PEDIDO DE LIMINAR**

2

em detrimento do ato do **Exército Brasileiro, subordinado ao Ministério da Defesa**, que decretou sigilo de 100 (cem) anos ao procedimento administrativo disciplinar instaurado em face do General da ativa, Ex-Ministro da Saúde e atual Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Eduardo Pazuello, por haver participado de ato político ao lado do Presidente Jair Bolsonaro.

I – DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

1. Nos termos do art. 2º, inciso I da Lei n. 9.882/99, são legitimados para ajuizar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental os mesmos entes elencados no rol taxativo previsto no art. 103 da Constituição da República.
2. Assim, o Partido dos Trabalhadores, com 53 Deputados Federais na Câmara dos Deputados, e 6 Senadores da República no Senado Federal; o Partido Comunista do Brasil, com 8 Deputados; o Partido Socialismo e Liberdade, com 10 Deputados; e o



Partido Democrático Trabalhista, com 28 Deputados e 3 Senadores; possuem inequívoca legitimidade para proposição do presente feito, nos termos do art. 103, inciso VIII da Constituição Federal.

II – DO CABIMENTO DA PRESENTE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

3. O instrumento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, previsto no art. 102, §1º da Constituição da República e, posteriormente, regulamentado pela Lei n. 9.882/99, tem como objeto *“evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público”*. Ademais, conforme entendimento do art. 4º, §1º da Lei da ADPF, tal arguição é dotada do caráter da subsidiariedade, de modo a ser cabível apenas quando não houver outra via eficaz de sanar ou reparar a lesão.

4. Têm-se, assim, espécie de triplo critério de admissibilidade, para além da legitimidade ativa, a saber: i) violação ou risco de violação a preceito fundamental; ii) oriunda de um ato do Poder Público, neste caso compreendendo a existência de atos omissivos e comissivos; e iii) inexistência de outro meio eficaz. Todos, por sua vez, presentes nesta Arguição apresentada a este c. Supremo Tribunal Federal.

5. No que tange à violação a preceito fundamental, destaca-se que o ato objeto da presente ação, qual seja, a negativa, pelo Exército Brasileiro, de acesso à população ao procedimento administrativo instaurado contra o General e Ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, fere a liberdade de expressão e de comunicação e o direito de acesso à informação (arts. 5º, IV, XXXIII e 220 da Constituição Federal), além de representar afronta à moralidade administrativa.



6. Não fosse só isso, o procedimento administrativo disciplinar ao qual fora decretado sigilo e negado acesso é de **interesse público**, uma vez que investiga ato político praticado por militar da ativa, conduta considerada transgressora pelo Regimento Disciplinar do Exército e pelo Estatuto das Forças Armadas. Neste sentido, o sigilo significa uma grave afronta à democracia.

7. Dessa maneira, mesmo que não haja delimitação precisa acerca do que representaria os preceitos fundamentais a serem protegidos pela via da arguição de descumprimento, é certo que os direitos e garantias fundamentais, os princípios e os fundamentos da República, bem como as demais normas constitucionais correlatas, são parâmetro de controle no bojo da ADPF.

8. Em seguida, resta preenchido o requisito que diz respeito à necessidade de o ato ora questionado ter origem em ato do Poder Público, uma vez que a negativa de acesso do procedimento administrativo de interesse público ora em questão se deu pelas Forças Armadas, conforme noticiado pelo Jornal O Globo em 07.06.2021.

9. Por fim, sobre a subsidiariedade, isto é, sobre a não existência de outro meio eficaz para findar a violação aos preceitos fundamentais, filiamo-nos à concepção do il. Barroso¹, para quem a regra da subsidiariedade da ADPF merece uma *“interpretação mais aberta e construtiva”*, e não apenas formal e procedimental. Nos termos do art. 4º, §1º, da Lei 9.882/99, a subsidiariedade diz respeito à correlação entre a eficácia da medida disponível e a lesividade ao preceito fundamental.

10. É exatamente nesse sentido, relacionado ao grau de eficácia da proteção à

¹ BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro: Exposição Sistemática da Doutrina e Análise Crítica da Jurisprudência, 7. Ed., São Paulo: Saraiva, 2016, p 337.



ordem constitucional, que o il. Gilmar Mendes² interpreta o que ficou conhecido como subsidiariedade da ADPF, ou seja, o disposto no art. 4º, §1º, da Lei 9.882/99:

A ADPF somente será admitida se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade (art. 4º, §1º) (...)

Meio eficaz de sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.

Convém observar que, no direito alemão, a Verfassungsbeschwerde (recurso constitucional) está submetida ao dever de exaurimento das instâncias ordinárias. Todavia, a Corte Constitucional pode decidir de imediato um recurso constitucional, se se mostrar que a **questão é de interesse geral ou se demonstrar que o requerente poderia sofrer grave lesão caso recorresse à via ordinária** (Lei Orgânica do Tribunal, §90, II).

(grifos nossos).

5

11. Assim, o art. 4, §1º, da Lei 9.882/99, só pode ser interpretado, diante de uma perspectiva substancial de garantia da ordem constitucional, de maneira a garantir que a ADPF seja um instrumento subsidiário cuja admissibilidade possa estar também relacionada à sua capacidade de dar um determinado grau de eficácia – amplo, imediato e geral – à tutela do preceito fundamental lesado sempre que os demais instrumentos disponíveis não forem aptos a conferir este mesmo grau de proteção.

12. Não se trata, portanto, da necessidade de esgotamento das vias ordinárias, tampouco do enquadramento estrito em outras ações diretas – como a ADI – ainda que a ADPF tenha também por causa um ato inconstitucional.

13. **Importa, assim, a relevância³ da questão constitucional e o grau de eficácia**

² MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Comentários à Lei n. 9.882, de 3-12-1999, São Paulo: Saraiva, 2007, p. 110-111.

³ BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro: Exposição



exigido para a adequada resposta à lesão, comparativamente considerando os demais meios disponíveis.

14. Portanto, por preenchidos todos os requisitos, tem-se por cabível a utilização do instrumento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no caso em tela, motivo pelo qual se requer o seu processamento.

IV – DO ATO IMPUGNADO – DO SIGILO DECRETADO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO CONTRA O GENERAL DA ATIVA, EX-MINISTRO DA SAÚDE E ATUAL SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EDUARDO PAZUELLO

6

15. Conforme amplamente noticiado na imprensa nacional⁴, o General da ativa e Ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello participou, sem o aval do Comando do Exército, de ato político ao lado e em favor do Presidente Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro em 23.05.2021.

16. Não fosse apenas a inobservância das medidas sanitárias impostas em razão da pandemia do Covid-19, tendo em vista a aglomeração e a ausência do uso de máscara, o Ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello publicamente infringiu o Regulamento

Sistemática da Doutrina e Análise Crítica da Jurisprudência, 7. Ed., São Paulo: Saraiva, 2016, p 340: “Será relevante a controvérsia quando o seu deslinde tiver uma repercussão geral, que transcenda o interesse das partes do litígio, seja pela existência de um número expressivo de processos análogos, seja pela gravidade ou fundamentalidade da tese em discussão, por seu alcance político, econômico, social ou ético”.

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/bolsonaro-passeia-de-moto-e-gera-aglomeracao-no-rio-apos-dizer-que-teve-sintomas-de-covid-19.shtml>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/23/bolsonaro-faz-passeio-de-moto-com-apoiadores-no-rio-de-janeiro.ghtml>; <https://www.cartacapital.com.br/politica/com-pazuello-bolsonaro-diz-que-governadores-tentam-instaurar-ditadura/>; <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/05/23/ex-ministro-pazuello-participa-de-ato-ao-lado-de-bolsonaro-sem-mascara/>;



Disciplinar do Exército e o Estatuto das Forças Armadas, que expressamente proíbem a participação de militares da ativa em manifestações políticas.

17. Em razão deste evento, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar no Exército para apurar a conduta do General. Contudo, em nota oficial datada de 03.04.2021, o Exército informou que o Ex-Ministro Pazuello não será punido pela sua participação na referida manifestação política, por meio da lacônica justificativa de que “*não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar*”⁵. Desta maneira, o processo disciplinar restou arquivado.

18. O Jornal O Globo informou, em 07.06.2021⁶, haver requerido ao Exército o acesso ao referido processo administrativo e que, no entanto, recebeu a resposta de que, por possuir informações pessoais, a Lei de Acesso à Informação garantiria o seu sigilo por 100 (cem) anos. O pedido de acesso ao procedimento realizado pelo jornalista do Jornal O Globo e a resposta fornecida, objeto desta ação, estão disponíveis no sítio eletrônico da CGU⁷, *in verbis*:

Pergunta (27/05/2021): Solicito o acesso, com base na Lei de Acesso à Informação, a Ficha de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) preenchida pelo general Eduardo Pazuello, com a sua defesa e demais andamentos do relativos ao Procedimento Administrativo Disciplinar por ter participado de um ato no Rio de Janeiro, no dia 23 de maio. Requisitamos ainda que essas informações sejam fornecidos em formato aberto, nos termos do art. 8º, § 3º, III, da Lei Federal 12.527/11 e art. 24, V da Lei Federal 12.965/14. Caso parte das informações não seja fornecida ou considerada sigilosa, favor justificar e enviar o

⁵ Nota disponível em: < https://www.eb.mil.br/web/imprensa/documentos-a-imprensa/-/asset_publisher/oQTTiUbaFKO/content/nota-a-impren-7>

⁶ <https://oglobo.globo.com/brasil/exercito-impoe-100-anos-de-sigilo-para-processo-administrativo-de-pazuello-1-25050551>

⁷ <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=1554988&Source=http%3A%2F%2Fwww%2Econsultaesic%2Ecgu%2Egov%2Ebr%2Fbusca%2FSitePages%2Fresultadopesquisa%2Easpx%3Fk%3Dpazuello%252023%2520de%2520maio&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>



restante.

Resposta (07/06/2021): Prezada Senhora, Ao cumprimentá-la, cordialmente, o Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB) acusa o recebimento do pedido formulado por V Sa, registrado com o protocolo nº 60110002069202195. **A respeito do assunto, o SIC-EB informa que a documentação solicitada é de acesso restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que ela se referir, conforme previsto no art. 31, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.527, de 18 NOV 11, Lei de Acesso à Informação (LAI).** Informa, ainda, que o resultado da apuração foi divulgado, conforme Nota à Imprensa disponível no site da Instituição (http://www.eb.mil.br/web/imprensa/documentos-a-imprensa/-/asset_publisher/oQTTiUbaFko/content/nota-a-impren-7). Por fim, eventual recurso deve ser dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército, no prazo de 10 (dez) dias, conforme previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Cordialmente, Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro (Conheça seu Exército - <http://www.eb.mil.br/>). (Grifo nosso)

8

19. Ocorre que **é indubitável o interesse público no procedimento administrativo disciplinar em questão e nos fundamentos da decisão que determinou seu arquivamento, além da patente inconstitucionalidade de decretação de sigilo sobre processo administrativo disciplinar já encerrado.**

20. Isto porque o objetivo do referido procedimento era apurar a conduta do General da ativa e Ex-Ministro da Saúde Pazuello por haver publicamente infringido as regras das Forças Armadas e afrontado o Exército ao participar de ato político.

21. Neste sentido, conforme será exposto a seguir, o arquivamento do feito aponta para uma grave ameaça democrática, tendo em vista que os atos investigados são de quebra de disciplina e hierarquia do Exército, abrindo precedente para a partidarização dos militares, além de demonstrar a fragilidade das instituições brasileiras.



22. Portanto, tendo em vista tratar-se de documento público e de interesse público, deve ser divulgado, em respeito ao direito à liberdade de expressão e à informação e à moralidade administrativa.

VI – DA VIOLAÇÃO A PRECEITOS FUNDAMENTAIS - DO DIREITO À INFORMAÇÃO. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PUBLICIDADE (ART. 37, *caput*).

23. De pronto, destaca-se que o direito à informação, para além de um direito e garantia fundamental devidamente delineado pela Constituição da República, conforme se demonstrará abaixo, é pilar de toda a estrutura democrática do país. É impossível que se haja efetivo exercício da cidadania democrática se não for concedido ao cidadão a possibilidade de conhecer o que ocorre em sua volta para adotar a postura e defender as convicções que compreenda mais acertadas.

24. Justamente por essa razão, seguindo a lógica democrática instituída pela Constituição de 1988, o constituinte compreendeu necessária a previsão expressa do direito à informação, previsto no inc. XXXIII, do art. 5º da Carta Magna, ocasião em que previu:

Art. 5º

XXXIII - **todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral**, que serão prestadas no prazo de lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado,

25. Apenas com base no mencionado dispositivo já é possível se aferir a



inconstitucionalidade do ato praticado pelo Exército Brasileiro de decretar sigilo sobre o processo administrativo que investigou um servidor público, General da Ativa, que foi investigado por ter participado de um ato público e publicizado.

26. Não obstante, a negativa de acesso aos documentos do processo administrativa ainda possui outros reflexos constitucionais para além da violação ao direito de informação. Por se tratar de atos do Poder Público, compreende-se que o ato de investigação de decisão proferida pelas Forças Armadas se insere na previsão contida no art. 37, *caput* da Constituição da República, onde se lê:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte:

10

27. Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello⁸:

Consagra-se nisto [princípio da publicidade] o dever administrativo de manter plena transparência em seus comportamentos. Não pode haver em um Estado Democrático de Direito, no qual o poder reside no povo (art. 1º, parágrafo único, da Constituição), ocultamento aos administrados dos assuntos que a todos interessam, e muito menos em relação aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida.

Tal princípio está previsto expressamente no art. 37, *caput*, d Lei Magna, ademais de contemplado em manifestações específicas do direito à *informação* sobre os assuntos públicos, quer pelo cidadão, pelo só fato de sê-lo, quer por alguém que seja pessoalmente interessado.

[...]

Na esfera administrativa o sigilo só se admite, a teor do art. 5º, XXXIII,

⁸ MELLO. Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros. 27ª ed. p. 114.



precitado, quando “imprescindível à segurança da Sociedade e do Estado”

28. Ou seja, não havendo no processo administrativo aqui em questão qualquer informação que comprometa a segurança da Sociedade e do Estado, tampouco coloque em risco os direitos de personalidade do servidor público outrora processado, não há justificativa de ordem constitucional que dê causa a manutenção da decretação de sigilo sobre os autos.

29. Outro aspecto do caso que chama a atenção diz respeito à negativa de acesso à informação ter se dado à profissional jornalista, atividade típica dos órgãos de imprensa e necessária à promoção do direito à liberdade de expressão e também de informação.

11

30. Observa-se, assim, que além de macular o direito à informação previsto no art. 5º, inciso XXXIII, e ao princípio da publicidade dos atos da Administração, previsto no art. 37, *caput*, a decretação de sigilo sobre o processo mencionado ainda viola a própria liberdade de imprensa.

31. Isso porque, a Constituição da República, em seu art. 5º, inciso IX, garante o direito à Liberdade de Expressão, de modo a prever que “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”. Mais adiante, já no art. 220, a Constituição traz que “*a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição*”.

32. Sendo assim, o que se percebe é a proteção constitucional não apenas à liberdade de expressão e pensamento, **como à liberdade de informação, que congrega**



a liberdade de informar e ser informado, o que significou a construção da Liberdade de Imprensa.

33. Isso ocorre porque, dentre outras questões, a história do Brasil e do mundo ensinou que apenas a existência de uma imprensa livre e independente é capaz de atribuir à sociedade condições de se empoderar e atuar em defesa de seus direitos e interesses, sendo elemento fundamental à própria democracia.

34. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, no bojo do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130, que declarou inconstitucional a Lei de Imprensa, destacou a importância da imprensa e sua correlação direta entre a sua liberdade e a própria democracia:

6. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. A plena liberdade de imprensa é um patrimônio imaterial que corresponde ao mais eloquente atestado de evolução político-cultural de todo um povo. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a Imprensa passa a manter com a democracia a mais entranhada relação de mútua dependência e retroalimentação. Assim visualizada como verdadeira irmã siamesa da democracia, a imprensa passa a desfrutar de uma liberdade de pensamento, de informação e de expressão dos indivíduos em si mesmos considerados. [...]

(ADPF n. 130, Relator(a): CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 30.04.2009).

35. Seguindo a mesma lógica, mais recentemente, no âmbito do julgamento da Reclamação n. 22.328/RJ, a relação de dependência entre a liberdade de expressão e democracia foi destacada pela Corte.

DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA



DE SÍTIO ELETRÔNICO. AFRONTA AO JULGADO NA ADPF 130. PROCEDÊNCIA. 1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. **3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades.** [...]

(RCL n. 22.328, Relator(a): Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe em 10.05.2018).

36. Com efeito, o reconhecimento no âmbito nacional da importância do pleno exercício jornalístico para funcionamento da democracia – sendo a liberdade de expressão um dos seus pilares – está alinhado ao entendimento consolidado em uma série de padrões e dispositivos internacionais.

37. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu *Marco Jurídico Interamericano del Derecho de La Libertad de Expresión*, entende que a necessidade de assegurar o Direito à Liberdade de Expressão está intimamente relacionada com as suas funções dentro do sistema democrático⁹.

38. Isto porque, além de ser um direito individual que reflete a capacidade crítica, configura-se como meio de participação aberta a assuntos de interesse público (como os protestos e suas reivindicações), sendo, portanto, instrumento essencial para a garantia de outros direitos fundamentais existentes em uma sociedade propriedade democrática.

39. A liberdade de expressão é vista, assim, como um elemento indispensável para

⁹ CIDH. Informe anual 2008. Informe de la Retoría Especial para la Libertad de Expresión. Capítulo III (Marco Jurídico Interamericano del Derecho a la Libertad de Expresión). OEA/Ser.L/V/II.134 Doc. 5 rev. 1. 25 de febrero de 2009. Párrs. 224-226.



a construção e manutenção de um Estado Democrático de Direito pleno, não apenas no que diz respeito à possibilidade de expressão em si, mas ao **direito de captação e transmissão de informações.**

40. Dessa forma, é seguro afirmar que a Constituição da República e toda a construção jurídica moderna encaminham no sentido de a liberdade de comunicação ser um pilar da democracia, sendo necessário resguardá-la em favor de todos os cidadãos e cidadãs.

41. Cabe registrar, ainda, que **o § 1º, do art. 31 da Lei de Acesso à Informação permite o sigilo de informações pessoais pelo prazo de 100 (cem) anos:**

Art. 31. **O tratamento das informações pessoais** deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. **§1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:**
I – terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a conta da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;
II – poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. [...] (Grifo nosso)

14

42. Conforme já demonstrado, não é o presente caso, que diz respeito à procedimento administrativo disciplinar instaurado pelas Forças Armadas para investigar transgressão publicamente cometida por um General da ativa que também é Ex-Ministro da Saúde do país.

43. Portanto, não há se falar em informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra ou imagem do Ex-Ministro Pazuello. Até porque, conforme já



demonstrado na presente ação, os atos que deram ensejo ao procedimento administrativo foram realizados publicamente, em frente a uma razoável quantidade de pessoas, inclusive profissionais da mídia nacional.

44. Em outras palavras, a própria publicidade dada pelo sr. General Pazuello aos seus atos, pelos quais fora inquirido, desconstrói a compreensão de que o processo administrativo disciplinar que tratou sobre caso ver-se sobre dados pessoais aptos a atrair o sigilo imposto pelo art. 31, §1º da Lei da Acesso à Informação.

45. Contudo, vale ressaltar que, ainda que o processo administrativo em questão apresentasse informações pessoais do Ex-Ministro Pazuello, a construção do direito constitucional brasileiro estabeleceu a prevalência do interesse público quando houver o conflito entre os direitos à liberdade de expressão – aí abarcada a liberdade de comunicação – com os direitos de personalidade.

46. Sobre essa questão, importante pontuar que este Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.815, quando se discutiu a constitucionalidade da exigência de prévia autorização para publicação de biografias, compreendeu que, quando colocados em contradição os direitos de personalidade e à liberdade de expressão, necessário a concessão da primazia a essa última. Veja-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 20 E 21 DA LEI N. 10.406/2002 (CÓDIGO CIVIL). MÉRITO: APARENTE CONFLITO ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE INFORMAÇÃO, ARTÍSTICA E CULTURAL, INDEPENDENTE DE CENSURA OU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (ART. 5º, INC. X). ADOÇÃO DE CRITÉRIO DA PONDERAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO DE PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. PROIBIÇÃO DE CENSURA (ESTATAL OU PARTICULAR). GARANTIA CONSTITUCIONAL DE INDENIZAÇÃO E DE DIREITO

DE RESPOSTA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE (...).

3. A Constituição Federal do Brasil proíbe qualquer censura. O exercício do direito à liberdade de expressão não pode ser cerceada pelo Estado ou por particular.

4. **O direito de informação, constitucionalmente garantido, contém a liberdade de informar, de se informar e de ser informado. O primeiro refere-se à formação da opinião pública, considerado cada qual dos cidadãos que pode receber livremente dados sobre assuntos de interesse da coletividade e sobre as pessoas cujas ações, público-estatais ou público-sociais, interferem em sua esfera do acervo do direito de saber, de aprender sobre temas relacionados a suas legítimas cogitações.**

5. Biografia é história. A vida não se desenvolve apenas a partir da soleira da porta de casa.

[...]

7. **A liberdade é constitucionalmente garantida, não se podendo anular por outra norma constitucional (inc. IV do art. 60), menos ainda por norma de hierarquia inferior (lei civil), ainda que sob o argumento de se estar a resguardar e proteger outro direito constitucionalmente assegurado, qual seja, o da inviolabilidade do direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem.**

8. Para a coexistência das normas constitucionais dos incs. IV, IX e X do art. 5º, há de se acolher o balanceamento de direitos, conjugando-se o direito às liberdades com a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem da pessoa biografada e daqueles que pretendem elaborar as biografias.

[...]

(ADI n. 4815, Relator(a): Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 29.01.2016). (Grifos nossos)

47. A bem da verdade, o uso da previsão de sigilo da Lei de Acesso à Informação para evitar o acesso e a divulgação das informações referentes ao procedimento administrativo em questão representa verdadeiro atentado à moralidade administrativa, uma vez que desvia a finalidade da norma para impor a documento de interesse público um sigilo resguardado às informações que devem ser protegidas pelo direito de personalidade.

48. Assim, por todo o exposto, os Requerentes pugnam, respeitosamente, pela



suspensão do sigilo decretado ao processo administrativo instaurado contra o General e Ex-Ministro da Saúde, o Sr. Eduardo Pazuello, de modo a fazer imperar o direito fundamental à comunicação e à liberdade de expressão, afastando o ato atentatório à moralidade administrativa constante no ato ora combatido.

VIII – DO PEDIDO LIMINAR

49. Conforme estabelecido no art. 5, §1º, da Lei nº 9.882/99, o Pleno desta Eg. Corte pode conceder liminar *inaudita altera pars* em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, sendo que, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil¹⁰, faz-se necessário evidenciar a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

17

50. No que tange à probabilidade do direito, é certo que a liberdade de informação, cumulada com o princípio da publicidade e à liberdade de expressão, que abarca o direito e a liberdade de comunicação, devem ter prevalência, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobretudo quando se trata de acesso a informações de inquestionável interesse público.

51. Assim, presente o *fumus boni iuris*.

52. Já no que diz respeito da demora, necessário pontuar que, conforme já demonstrado, a presente causa trata de violações a direitos e garantias fundamentais,

¹⁰ Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.



de tal forma que a própria Constituição da República, em seu art. 5º, § 1º, estabelece que “*as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata*”.

53. Dessa forma, estando presentes ambos os critérios necessários à concessão da tutela de urgência, pugna-se que esse Eg. STF, liminarmente e *inaudita altera pars*, suspenda o sigilo decretado ao procedimento administrativo instaurado contra Ex-Ministro da Saúde General Pazuello, de modo a se tornar documento de acesso a qualquer cidadão em razão de seu interesse social, advertidos desde já que poderão ser responsabilizados pelo mau uso dessas informações.

IX – DOS PEDIDOS

18

54. Assim, pelo exposto, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialismo e Liberdade e o Partido Democrático Trabalhista, respeitosamente, em defesa da liberdade de expressão e de comunicação, em detrimento de regulamentos estatais violadores de preceitos fundamentais, pugnam que esse e. Supremo Tribunal Federal:

- a. Conheça o presente feito como Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental;
- b. Conceda o **pedido de liminar pleiteado**, *inaudita altera pars* e *ad referendum* do Plenário, para suspender o sigilo decretado ao procedimento administrativo disciplinar instaurado contra Ex-Ministro da Saúde General Pazuello, de modo a se tornar documento de acesso a qualquer cidadão em razão de seu interesse social, advertidos desde já



que poderão ser responsabilizados pelo mau uso dessas informações

- c. Determine a intimação dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Defesa e do Comandante-Geral do Exército, para que apresentem suas manifestações; bem como da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República para fins de parecer;
- d. No mérito, pugna-se **pela confirmação do pedido liminar.**

55. Por fim, requer que todas as intimações ocorram no nome de **EUGÊNIO ARAGÃO**, OAB/DF 4.935 e, por oportuno, a concessão do prazo para a juntada de instrumento de procuração específica.

19

Nestes termos, pedem deferimento.

Brasília, 11 de junho de 2021.

EUGÊNIO ARAGÃO
OAB/DF 4.935

ANGELO FERRARO
OABDF 37.922

ANDRÉ MAIMONI
OAB/DF 29.498

ALBERTO MAIMONI
OAB/DF 21.144

PAULO GUIMARÃES
OAB/DF 5.358

OLIVER SOUSA
OAB/DF 57.888

WALBER DE MOURA AGRA
OAB/PE 757-B

MIGUEL NOVAES
OAB/DF 57.469

MARCELO SCHMIDT
OAB/DF 53.599

EDUARDA SILVA
OAB/DF 48.704